

Deputados aprovam aumento hoje

Subsídio será reajustado em 110%, passando a Cz\$ 80 mil mensais

A polêmica criada ontem em torno da aprovação do decreto legislativo que autoriza o aumento de 110 por cento dos subsídios dos parlamentares — que passariam a receber um salário de cerca de Cz\$ 80 mil — acabou prejudicando a votação da pauta de mais de 20 projetos previstos para serem apreciados no segundo dia de esforço concentrado na Câmara. Os projetos de consenso sequer foram submetidos à votação por falta de quorum e da obstrução sistemática do líder do PDS, Amaral Netto, que também apóia o aumento. O aumento dos deputados foi colocado em discussão e volta hoje como primeiro item da pauta para ser ao que tudo indica, aprovado.

O líder do PMDB e do governo, Pimenta da Veiga, tentou ainda aprovar um requerimento de urgência para votar ontem mais de 20 projetos considerados polêmicos e de interesse do executivo. Pedida a verificação de quorum pelo deputado Amaral Netto, o requerimento acabou sendo rejeitado já que dos 274 parlamentares que assinaram a lista de presenças, apenas 182 estavam em plenário, não atingindo o número exigido de 240.

O decreto legislativo que prevê o aumento dos deputados foi colocado ontem como primeiro item na pauta de votação pela Comissão de Finanças, sem mesmo submeter a urgência à deliberação do plenário. Embora admitisse o apoio ao projeto, nenhum líder de bancada subiu à tribuna para defendê-lo em sua fase de discussão. Com exceção das bancadas do PT, PC do B e PDT, os demais líderes são favoráveis ao projeto,

inclusive Amaral Netto, do PDS, que tem mantido uma posição de obstrução durante as votações.

De acordo com os cálculos de Irma Passoni, líder do PT, o projeto de aumento para os parlamentares elevariam seus subsídios de cerca de Cz\$ 40 mil, hoje, para aproximadamente Cz\$ 82 mil, sem contar as vantagens garantidas pela ajuda de custo para combustível, moradia, franquia de passagens aéreas, telefones e correios. Ela ainda tentou colher assinaturas para apresentar uma emenda ao projeto congelando a remuneração dos parlamentares e adiando a definição dos critérios do novo reajuste para a Constituinte. Mas até o final da sessão, a emenda não chegou a ser apresentada à mesa e hoje o projeto volta para ser aprovado ou rejeitado como está.

O deputado Hermes Zanetti (PMDB/RS), líder de um grupo de peemedebistas contra o aumento por considerar que esta é uma época "inoportuna", também propôs que os subsídios fossem congelados, através de um novo decreto legislativo, defendendo que a Constituinte adote os novos critérios de aumento, resolvendo ainda a questão da isenção do Imposto de Renda concedida aos parlamentares.

— Como podemos aceitar um aumento de 110 por cento quando os demais salários estão congelados e os aluguéis liberados, indagava da Tribuna Hermes Zanetti. Por sua vez, Pimenta da Veiga lembrava que "a Constituição determina que, ao fim de uma legislatura, seja fixado o subsídio para a legislatura seguinte, a vigorar a partir de março, quando todos os tra-

lhadores também terão seus salários certamente majorados".

O líder do PMDB negava que o aumento atinja 110 por cento, afirmando que o reajuste "é uma distribuição que envolve várias partes, mas não atinge este índice". A parte fixa dos salários dos deputados, hoje, é de Cz\$ 6 mil, que passará a Cz\$ 12 mil com a aprovação do projeto. "Não me parece que um deputado receber Cz\$ 12 mil seja um excesso", afirmava Pimenta.

O líder do PDS, deputado Amaral Netto, defendeu que os parlamentares devem "ser muito bem pagos, para poder ter, inclusive, independência de ação. Acho que um congressista, como todo mundo que trabalha e depende de um poder político, tem que ter liberdade econômica". Ao ser lembrado que os salários dos trabalhadores estão congelados, o deputado afirmou que o PDS apóia a mesma equiparação a todos os que trabalham. "O governo está tolhendo essa equiparação salarial aos trabalhadores e nós estamos lutando contra isso".

Nervoso durante toda a sessão, o líder do PFL, deputado José Lourenço, desabafava que os parlamentares estavam divididos: "Há duas correntes. Uma que assume ser favorável ao aumento e outra que afirma que não é, mas está rezando para que o nosso patriotismo aprove o projeto, para que eles sejam também beneficiados. Assim, eles ficam bem com a opinião pública e com o bolso", afirmou. Para Lourenço, os cálculos feitos para este aumento "são reais e atendem às necessidades mínimas da vida do parlamentar".

LUIZ MARQUES



Na Câmara, a maioria é pelos 110 por cento